

ÉTICA DE SARTRE

ETHICS OF SARTRE

CASTRO, Fabio Caprio Leite de. **A ética de Sartre**. São Paulo: Loyola, 2016, 312p. (Coleção Filosofia: ética).

Lázaro Teixeira Trindade*

Fabio Caprio Leite de Castro, doutor em Filosofia pela Université de Liège (Bélgica), possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC-RS, onde integra o programa de pós-graduação em Filosofia na linha de pesquisa “Filosofia e Hermenêutica”. É membro da Société Belge de Philosophie, da Unité de Recherches Phénoménologies e do Groupe d'Études Sartriennes (GES - Paris).

A obra analisada visa desenvolver um tema aberto no pensamento de Sartre: a possibilidade de uma ética. De fato, este tema perpassou a vida do filósofo francês e suscita posições divergentes entre seus comentadores. A originalidade da obra aqui analisada consiste em pensar a questão ética como inerente à unidade metodológica do pensamento sartriano e com isso afirmar sua relevância para a discussão ética atual. A obra se divide em duas partes, cada qual com quatro capítulos. A Parte I estabelece cronologicamente os diversos métodos desenvolvidos por Sartre. A Parte II analisa as questões éticas que brotam desses métodos em busca de uma síntese.

Ricardo T. de Souza tece algumas palavras prévias sobre a obra. Ele contextualiza o caráter ético do pensamento do século XX/XXI e o processo de recriação da semântica ética, no qual, *A ética de Sartre* visa abalar “semânticas estreitas e crenças simplórias”. Na introdução, Fabio de Castro apresenta a tese de seu livro, a saber, a “unidade da concepção ética de Sartre com base na determinação de seus métodos” (p. 16). Esta funda-se no princípio de que uma questão filosófica só é válida mediante a determinação prévia do método que permite e encaminha uma solução legítima.

Por isso, a Parte I elenca três paradigmas metodológicos de Sartre. O *paradigma fenomenológico* é objeto do primeiro capítulo. A fenomenologia dá novo corpo ao pensamento sartriano (p. 23) conferindo-lhe instrumentos para refletir sobre a moral. Não obstante, as questões éticas já estão presentes no pensamento sartriano desde a juventude; entre elas destacam-se a

* Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE e graduando em Teologia pela mesma instituição. E-mail: lazaro_cbi@hotmail.com.

crítica à ideia de bem, a adoção do paradigma do *homem só* e, principalmente, a noção de *contingência*.

A virada fenomenológica inaugurará o projeto da construção de uma moral a partir de três eixos: (1) a relação consciência irrefletida e ego, (2) a fenomenologia das emoções e (3) da imagem. O primeiro define a relação entre consciência irrefletida e mundo como o “campo fenomenológico da moral” (p. 46). O segundo sustenta como a consciência emocional pode transformar a ação operando uma evasão do mundo incorrendo numa conduta de má-fé. O terceiro mostra como a consciência imaginante é capaz de transcender os dados perceptivos revelando os primeiros traços da noção sartriana de liberdade.

As questões pré-fenomenológicas são assumidas na fenomenologia sartriana a partir de um segundo paradigma: a *ontologia fenomenológica* desenvolvida em *O ser e o nada*. Assim, o segundo capítulo analisa esse paradigma e o método que dele emerge, a Psicanálise Existencial. Aqui, o autor recupera os principais temas do existencialismo de Sartre como a concepção do cogito pré-reflexivo, a noção do em-si e para-si, a má-fé, a corporalidade e a relação com o outro. A partir deles ele mostra como a liberdade e o projeto apontam para uma ética concreta.

Nesse sentido, a Psicanálise Existencial emerge como forma de captar a liberdade em situação e o projeto original de um indivíduo singular. Sartre busca interpretar as ações concretas de uma pessoa para intuir, no conjunto destas, a escolha original do indivíduo em questão. Isso conduz à ética uma vez que a psicanálise existencial implica “na conversão e na renúncia do espírito de seriedade” (p. 94). Para demonstrar isso, o autor analisa como Sartre empregou concretamente este método em suas críticas literárias: *Baudelaire*, *Mallarmé* e no *Saint Genet*.

O terceiro capítulo analisa a virada dialética do pensamento do filósofo francês e o surgimento do terceiro paradigma metodológico: o *progressivo-regressivo*. É preciso notar que esse método não exclui o anterior, mas possui enfoques diferentes. O método progressivo-regressivo visa atingir “o *homem singular* em seu contexto social” (p. 97) e no processo de totalização da história. Aqui Sartre estabeleceu a crítica da dialética evitando os extremos dogmáticos do idealismo e do determinismo social. Ambos desconsideram o homem concreto.

Fabio de Castro procede como anteriormente, mas agora enfocando a *Crítica da razão dialética*. Ele mostra como os temas éticos são reconduzidos ao plano da dialética crítica. No esforço de pensar a relação com a história, Sartre transpõe essas questões partindo da práxis individual e da dialética da necessidade-raridade. Isto revela o processo de constituição do

coletivo, dos grupos de fusão e do Estado. Nesse processo há sempre o risco de que o homem se converta em prático-inerte cedendo à serialização e à alienação.

Assim, tendo apresentado os paradigmas metodológicos, Castro se pergunta: como eles se articulam? Para o autor, a síntese concreta desses três métodos pode ser analisada a partir da última obra de Sartre, *O idiota da família*. Eis porque o autor lhe consagra o quarto capítulo da Parte I. *O idiota da família* constitui um monumental esforço de compreensão da vida e obra do escritor Gustave Flaubert, não obstante essa obra se situe para além de uma crítica literária. Através dela, Sartre busca “a compreensão de um indivíduo em sua época e de uma época por meio do indivíduo” (p. 163). Castro demonstrará aqui, como os três métodos aparecem no *Flaubert*. O método fenomenológico emerge na formação do ego flaubertiano e de seu imaginário. Na medida em que Flaubert produz e imagina ele se produz: há uma construção poética do ego. Essa construção implicará na neurose subjetiva do escritor captada pelo paradigma da Psicanálise Existencial. Através do *perde-ganha* flaubertiano, a Psicanálise Existencial explicita como Flaubert escolhe ser o “idiota da família”. Entretanto, essa neurose possui também um lado objetivo. Este é captado pela análise progressivo-regressiva entre o escritor e o espírito de sua época.

Contudo, mesmo que *O idiota da família* sintetize os paradigmas metodológicos desenvolvidos por Sartre, a questão da ética ainda permanece aberta. Por isso, Castro irá analisar na Parte II do livro as questões éticas decorrentes de cada paradigma a fim de encontrar uma concepção sintética da ética sartriana. Segundo cada paradigma metodológico, o autor postula três linhas de construção da questão ética: (1) o imaginário, (2) a autenticidade e (3) a história. Elas estão relacionadas respectivamente ao primeiro, segundo e terceiro paradigmas esboçados na Parte I.

Nesse sentido, a relação entre ética e imaginário constitui o tema do quinto capítulo. O imaginário não é inicialmente moral ou não. Entretanto, ele é condição necessária de certas ações morais, bem como algumas noções morais são quase objetos, como por exemplo, o valor. Nesse sentido, postos pela consciência, o imaginário e o valor carregam uma dimensão irrealizável. Não obstante, tomar o âmbito do imaginário como dimensão absoluta pode conduzir o indivíduo a uma vida imaginária, renunciando à vida real.

Logo, pode-se distinguir entre ética imaginária e ética real. Assim, o imaginário pode servir tanto à alienação quanto ao engajamento (p. 189). Ele pode conduzir tanto à absolutização do estético, da posição do bem ou do mal como valores objetivos, quanto à superação concreta à guisa da liberdade criativa do indivíduo para uma ética real e concreta. Logo, sem imaginação não

há criação nem projeto e, portanto, não há ética (p. 190). Porém, o imaginário não é condição suficiente para explicitar o conjunto da ética sartriana.

Por isso, o sexto capítulo aborda a relação entre ética e autenticidade a partir da ontologia fenomenológica e da Psicanálise Existencial. No bojo da relação autenticidade-inautenticidade o autor analisa três temas: a angústia, a má-fé e a conversão moral. A angústia existencial é também axiológica no sentido que revela a idealidade dos valores. A liberdade funda o ser do valor. A angústia, enquanto captação existencial da liberdade, aponta para total responsabilidade pelos valores e pela ação. Não é por acaso que o homem tenta sempre dissimular a angústia pela má-fé.

O autor esboça o sentido integral da má-fé através dos vários escritos sartrianos. A má-fé se diz de muitos modos, mas concretamente ela é uma conduta que conduz à criação de valores marcados pela exterioridade. Ela implica o espírito de seriedade, ou seja, é a fé de que os valores são objetivos, transcendentais. A má-fé desliza para a alienação. Ora, a conduta de má-fé só pode ser superada num processo de conversão moral. Essa é a apreensão da liberdade mesma por meio de uma reflexão pura. Nesse sentido, a conversão é ponto de partida para uma reflexão ética. Esta assume a ambiguidade da condição humana que é liberdade e a generosidade como recusa da alienação.

Porém, Sartre é consciente de que a superação da alienação e a conversão total implica a sociedade e a história. Dito de outro modo, “o homem não pode ser ético sozinho” (p. 232); a imaginação criadora e a autenticidade devem ser inseridas no processo de *historialização*. Por isso, o sétimo capítulo aborda a questão entre ética e história. Nesse intuito o autor trata da relação entre moral e alienação. Ele mostra como o valor é produzido na dialética material da práxis e como isso pode gerar um sistema de exploração e opressão.

Nesse capítulo o conceito ético fundamental é o *normativo*, uma vez que “toda experiência ética se refere a ele” (p. 244). O normativo são “diferentes ‘objetos sociais’ que têm em comum uma certa ‘estrutura ontológica’, a saber a norma” (p. 245). Aqui reside o domínio próprio da ética em que se dá a dialética entre liberdade e necessidade na história. Por isso, o autor termina esse capítulo relacionando as dimensões do normativo com o imaginário e da práxis com a autenticidade. Vê-se que a síntese ética do pensamento sartriano não gera uma moral prescritiva, mas antes, uma crítica da normatividade alienante.

Esse é o tema do último capítulo. Toda moral que pretende uma normatividade *a priori*, que postula os valores como objetivos e independentes do homem é uma moral alienante. A partir disso, o autor analisará criticamente as três categorias fundamentais do normativo sartriano: o *valor*, o *imperativo* e o *direito*. O objetivo dessa análise é chegar à descrição da norma pura. Em

suma, a crítica dessas categorias resume-se no mesmo argumento: essas categorias são autênticas e ‘éticas’ desde que renunciem a se objetificar e se caracterizar como fundamento apriorístico da moral.

Por isso, elas devem apontar para uma moral em construção (p. 274) uma vez que remetem a quase objetos. A autenticidade é recuperar o sentido de cada uma dessas categorias por meio de uma reflexão pura que “desvela a liberdade como dimensão da existência” (p. 287). Nisso o homem pode questionar e ultrapassar essas categorias mesmas. Para o autor, o paradoxo entre ética e história somente é superado com a renúncia de uma moral prescritiva. O real papel da ética é questionar o normativo do passado social abrindo-se para um futuro que pode ser construído pela liberdade.

Assim a historicidade, a criticidade e a tarefa de reencontrar o sentido são as três dimensões da ética tal como conclui Castro. Dito isso, a obra aqui analisada mostra a unidade, o sentido e o princípio da ética de Sartre. A unidade é eminentemente uma *unidade metodológica* que não exclui as questões morais, mas as aprofunda. O sentido emerge como uma *ética da práxis* concreta e histórica. O princípio, por fim, revela que “a ética sartriana é uma *ética da liberdade*” (p. 293). Esta repousa sobre a imaginação, a autenticidade e o normativo.

Assim, numa linguagem clara e profunda o autor contribui com novos elementos para se pensar a ética sartriana. Impressiona a amplitude da bibliografia utilizada na escrita do livro desde as obras do próprio filósofo francês até seus comentadores mais recentes. Assim como o enfoque na relação método e ética, pode-se dizer que a metodologia do livro também comporta uma unidade e uma fluidez que contribuem para a compreensão da tese central do autor. Não obstante, a leitura do livro implica um conhecimento prévio da obra de Sartre ao menos em suas grandes linhas.

A tese da unidade do pensamento sartriano é sustentada pelo lugar e importância que *O idiota da família* ocupa no livro. Afinal, o *Flaubert* demonstra que o próprio Sartre ensaiou uma síntese de seus métodos. Cabe aqui a questão se o estudo do pensamento sartriano pode e deve ser revigorado por meio de sua última obra. Se sim, quais outros temas podem emergir de forma sintética dela? Como pensar as atuais questões ético-políticas atualizando essa síntese? É preciso analisar também, em que medida *O idiota da família* é uma obra filosófica, uma vez que o próprio Fábio Castro acentua a importância destas na compreensão metodológico-ética do pensamento de Sartre (p. 16).

Enfim, para a discussão ética atual o livro parece muito relevante. Ele denota que “a solução do problema ético encontra-se já em sua problematização” (p. 294). Mais: o questionamento talvez seja a primeira tarefa da ética filosófica e, por isso, ela está sempre em

construção. Incurrer logo em soluções ou aceitar de saída valores tidos como “a priori”, antes de ser a “salvação” da moral é sua alienação. Neste sentido, uma crítica da normatividade é uma prioridade. Assumir isso consciente e consequentemente abre um caminho frutuoso para a ética.